

Pacto e dívida externa

RAPHAEL DE
ALMEIDA MAGALHÃES

O programa de estabilização entrou em zona de turbulência. A subida dos preços do petróleo — o efeito Saddam Hussein — elevou todos os custos no sistema produtivo, com impacto inexorável sobre a inflação. E com inflação ascendente, atingindo a bolsa de cada um, fica difícil, senão impossível, ao Governo seguir a sua política de desindexação salarial. Sobretudo quando persistem intactos os instrumentos jurídicos que protegem o capital e a receita pública dos efeitos corrosivos da inflação. E — o que é mais grave — quando os aplicadores começam, de novo, a lograr polpudos lucros no mercado financeiro, um efeito socialmente perverso da puxada, para cima, da taxa de juros, tão a gosto do receituário monetarista ortodoxo.

Como o pacto não tem, até agora, andado para lado nenhum, o Governo, diante da elevação da inflação, apelou para apertar, ainda mais, sua política monetária e fiscal. E tome novos cortes nos gastos públicos. E tome maior taxa de juros. E tome mais compulsório bancário. E tome mais importações. Tudo isto significa mais recessão. E recessão mais forte traz, na sua cauda, quebra de empresas e cancelamento de milhares de empregos no mercado de trabalho. E tudo isto, é claro, tem reflexos nas relações entre Estado e sociedade, podendo atingir um tal grau de tensão e conflito que disfuncionalize o próprio programa de estabilização.

O Governo, de resto, tem reconhecido, em diversas oca-

siões, a impossibilidade de levar a sua política monetária além de certos limites. Estes limites é que parecem estar sendo atingidos. Opinião, por sinal, compartilhada pelas mais expressivas e responsáveis lideranças nacionais. A começar pelo Deputado José Serra, do PSDB — bravos e parabéns pela estupenda e merecida votação —, que tem claro que, ou haverá um pacto social ou haverá uma grossa recessão. E a recessão, não tenhamos ilusão, a partir de certo grau, obrigará o Governo, sob a pressão dos acontecimentos, a rever os rumos de sua política. E este é um risco que o Governo não está em condições de correr.

Se os mais lúcidos admitem que será o pacto ou recessão, por que, então, todos não apostam, para valer, no pacto? Por que o Governo, se quer, como tem dito, o pacto e não a recessão, não o aborda com menos empáfia e mais humildade, em estado de necessidade e não como vitorioso, mais para ouvir do que para falar? Se for difícil começar pela política de renda, por que não tentar o entendimento a partir da questão da dívida externa? Afinal, a proposta do Governo é, no fundo, a do ex-Ministro Bresser Pereira, levada às últimas consequências. Mesmo porque é preciso ter claro que sem o equacionamento da dívida externa não haverá projeto nacional, de direita, de esquerda ou de centro. E a proposta brasileira escancara, para quem quiser ver, pelo seu fundamento estritamente ortodoxo e monetarista, a necessidade óbvia da reconstrução de um sistema financeiro internacional a ser edificado por sobre os escombros deste que não tem mais para onde ir. Com apoio interno de todos, a força negociadora do Brasil — e não do seu Governo — cresceria em importância e significado. E poderia abrir o caminho para uma nova divisão internacional de trabalho entre as nações.